



Gestão e Projeção Orçamentária das Despesas com Pessoal: Um Estudo de Caso Realizado no Idema/RN

Budget Management and Forecasting of Personnel Expenses: A Case Study at Idema/RN

Caio César Medeiros Fernandes

Graduado em Ciências Contábeis, Universidade Potiguar;
E-mail: caiocesarfernandes25@gmail.com

Francisca Noeme Moreira de Araújo

Mestre em Administração, Universidade Potiguar;
E-mail: noeme_moreria@hotmail.com

Macielde Gomes dos Santos Pinheiro

Graduado em Ciências Contábeis, Faculdade Mauricio de Nassau;
Graduado em Ciências Econômicas, UFRN;
Pós-graduação em Gestão Pública, Faculdades Integradas de Jacarepaguá;
Pós-graduação em Contabilidade, Faculdades Integradas de Jacarepaguá.
E-mail: macieldern@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo discute a importância do controle eficiente da folha de pagamento no setor público, destacando sua relevância para a gestão fiscal responsável e para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A pesquisa foi conduzida no Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) do Rio Grande do Norte, analisando dados históricos da folha de pagamento para entender e melhorar o controle e a transparência das despesas com pessoal. A folha de pagamento inclui todos os tipos de remuneração para servidores ativos, inativos e pensionistas, abrangendo vencimentos, gratificações, adicionais, benefícios previdenciários, entre outros. O estudo utiliza princípios contábeis da Lei 4.320/1964 e da LRF para garantir que todas as despesas estejam dentro dos limites legais estabelecidos, como os percentuais da receita corrente líquida destinados a despesas com pessoal. Metodologicamente, a pesquisa envolveu revisão bibliográfica, análise de dados históricos da folha de pagamento do IDEMA, entrevistas com responsáveis pelo controle orçamentário e proposição de ações corretivas e preventivas para assegurar o equilíbrio financeiro e a conformidade legal. Os resultados mostram uma análise

detalhada das despesas ao longo dos anos, identificando padrões de gastos e ajustes necessários para otimização do orçamento. O estudo contribui para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, evitando excessos e promovendo transparência na administração dos recursos destinados ao pagamento de pessoal.

Palavras-chave: Despesa com Pessoal; Transparência; Lei de Responsabilidade Fiscal.

ABSTRACT

This article discusses the importance of efficient payroll management in the public sector, highlighting its relevance for responsible fiscal management and compliance with the Fiscal Responsibility Law (LRF). The research was conducted at the Institute for Sustainable Development and Environment (IDEMA) of Rio Grande do Norte, analyzing historical payroll data to understand and improve the control and transparency of personnel expenses. The payroll encompasses all forms of compensation for active employees, retirees, and pensioners, including salaries, bonuses, allowances, and pension benefits, among others. The study employs accounting principles from Law 4.320/1964 and the LRF to ensure that all expenses are within the legally established limits, such as the percentages of net current revenue allocated to personnel expenses. Methodologically, the research involved a literature review, analysis of historical payroll data from IDEMA, interviews with those responsible for budget control, and the proposal of corrective and preventive actions to ensure financial balance and legal compliance. The results provide a detailed analysis of expenses over the years, identifying spending patterns and necessary adjustments for budget optimization. The study contributes to more efficient management of public resources, avoiding excesses and promoting transparency in the administration of funds allocated to personnel payments.

Keywords: Personnel Expenses; Transparency; Fiscal Responsibility Law.





INTRODUÇÃO

O Orçamento Público, em razão da sua importância para a vida econômica, social e política de uma nação, deve possuir quatro atributos indispensáveis à obtenção de um selo de qualidade: equilíbrio, previsibilidade, compreensão e contribuição para a vitalidade democrática (Rezende e Cunha, 2013).

Em acordo com a citação acima, percebe-se a necessidade e importância de ser elaborado todo um controle orçamentário no setor público, em que essa pesquisa se origina com a intenção de realizar uma análise da Folha de Pagamento, verificando as informações de exercícios anteriores, com a finalidade de contribuir com o controle, aprimoramento e atualização sobre as despesas mensais da Folha de Pagamento e projetar sobre as seguintes obrigações, conforme cita a Lei Complementar 638 de 2018 (Rio Grande do Norte, 2018) o Art. 18, Inciso IV.

Conforme Artigo 18 da Lei Complementar N° 101/2000 (Brasil, 2000): A Folha de Pagamento, é composta de todos os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

O que com que uma unidade instrumental de finanças faz se tornar responsáveis por diversos controles, distribuições de despesas, prazos e pagamentos, acompanhando tudo isso cada competência.

Os lançamentos contábeis da Folha de Pagamento é um relatório da despesa pública com pessoal e é de suma importância para a fiscalização dessa despesa e conseqüentemente usado para questões de transparência dentro do que exige a Lei de Responsabilidade Fiscal, Brack & Barbi (2024).

Este estudo foi desenvolvido no Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - IDEMA, órgão público da esfera estadual, localizado no estado do Rio Grande do Norte, principal responsável pela fiscalização ambiental no estado, na qual a pesquisa sobre a Despesa com Pessoal obterá as informações da Folha de Pagamento do quadro de servidores ativos e inativos. A despesa com pessoal é uma das maiores preocupações das entidades públicas, envolve milhares de servidores ativos e inativos e movimenta milhões de reais dos cofres públicos, frequentemente atingindo os limites prudenciais para despesa com pessoal.

O controle da folha de pagamento em órgãos públicos é de total importância para garantir a utilização adequada dos recursos, evitar fraudes e erros, e cumprir a legislação trabalhista, permite a alocação correta de recursos para melhorar os serviços públicos e promover uma gestão fiscal responsável, ajudando a identificar e corrigir irregularidades, garantindo um ambiente de trabalho justo e motivador para os servidores. Considerando a importância desta temática, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar mensalmente as despesas com pessoal, através da folha de pagamento, assegurando a conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal e garantindo que qualquer concessão de vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, admissões ou contratações de pessoal sejam precedidas de dotação orçamentária prévia suficiente, e como objetivos específicos analisar os vencimentos dos servidores

públicos, assegurando que estejam em conformidade com o orçamento disponível e como objetivos específicos analisar projeções mensais das despesas com pessoal, incluindo vencimentos, gratificações, 13º salário, previdência, auxílios e férias, para assegurar equilíbrio orçamentário ao longo do exercício financeiro e contribuir para que todas as ações relacionadas à despesa com pessoal estejam em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, evitando excessos e promovendo a transparência e responsabilidade na gestão pública.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, foram seguidas etapas. Primeiramente, foi feita uma revisão bibliográfica detalhada sobre o tema da folha de pagamento no setor público, buscando compreender os aspectos teóricos e práticos relacionados ao controle orçamentário e à legislação vigente, buscando manuais, legislações e outros materiais existentes que norteiam o processo de liquidação e pagamento dos entes da administração pública.

Em seguida, foi realizado um levantamento de dados referentes às despesas da folha de pagamento do IDEMA nos últimos cinco anos, com o objetivo de analisar a evolução dos gastos e identificar possíveis padrões de comportamento. Planilhas eletrônicas e softwares de análise de dados foram utilizados para processar e interpretar as informações coletadas. Também foram realizadas entrevistas com os servidores responsáveis pelo controle orçamentário para obter insights e sugestões para aprimorar as práticas existentes. Além disso, foram elaboradas propostas de ações corretivas e preventivas para garantir o equilíbrio financeiro e a conformidade com a legislação vigente. Desta forma, esta pesquisa é de natureza qualitativa, configurando-se como um estudo de caso e documental, uma vez que analisa dados específicos do IDEMA.

RESULTADOS

Como resultado da pesquisa, foram analisados os dados da folha de pagamento do IDEMA no período de 2018 a 2023. Esses resultados são apresentados em tabelas específicas, detalhando as despesas com pessoal ao longo dos exercícios financeiros e fornecendo projeções orçamentárias mensais para a gestão do orçamento público. As tabelas incluem: **Tabela 1 - Detalhamento da Despesa com Pessoal por Exercício Financeiro**, que fornece uma visão detalhada das despesas anuais, e **Tabela 2 - Projeção Orçamentária Mensal**, que auxilia na gestão eficiente e previsível dos recursos públicos destinados ao pagamento de pessoal.

No contexto principal de seguir as metas e diretrizes do PPA, LDO e LOA, foi proposta a criação de uma planilha exemplificada na tabela abaixo, que compara todas as despesas caracterizadas pela Folha de Pagamento nos últimos cinco exercícios financeiros. Inicialmente, observa-se que algumas despesas foram significativamente reduzidas, enquanto outras apresentaram pequenos aumentos dentro do esperado, demonstrando uma distribuição consciente ao longo dos exercícios.





Observando a Tabela 1, é possível identificar quais gratificações tiveram maior demanda, assim como decisões judiciais que resultaram em redução, permitindo uma distribuição mais eficiente do orçamento financeiro de acordo com cada despesa.

Tabela 1: Detalhamento despesa com Pessoal por Exercício Financeiro

Conta Contábil	Descrição	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Classificação
3.1.1.1.1.01.01.00	Vencimentos Salários	R\$ 5.967 Milhões	R\$ 5.097 Milhões	R\$ 5.581 Milhões	R\$ 6.835 Milhões	R\$ 6.923 Milhões	R\$ 8.483 Milhões	Remuneração e Pessoal
3.1.1.1.1.01.03.00	Incorporações	R\$ 1.067 Milhões	R\$ 1.143 Milhões	R\$ 1.308 Milhões	R\$ 1.099 Milhões	R\$ 1.103 Milhões	R\$ 1.073 Milhões	Remuneração e Pessoal
3.1.1.1.1.01.04.00	Abono Permanência	R\$ 296.840 Mil	R\$ 680.874 Mil	R\$ 793.832 Mil	R\$ 1.137 Milhões	R\$ 1.479 Milhões	R\$ 1.507 Milhões	Remuneração e Pessoal
3.1.1.1.1.01.05.00	Adicional de Periculosidade	R\$ 458.406 Mil	R\$ 508.828 Mil	R\$ 555.885 Mil	R\$ 566.603 Mil	R\$ 664.464 Mil	R\$ 694.083 Mil	Remuneração e Pessoal
3.1.1.1.1.01.06.00	Adicional de Insalubridade	R\$ 53.625 Mil	R\$ 35.579 Mil	R\$ 24.190 Mil	R\$ 3.994 Mil	R\$ 4.493 Mil	R\$ 4.593 Mil	Remuneração e Pessoal
3.1.1.1.1.01.12.00	Vant. Pecuniária Individual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.044 Milhões	R\$ 2.243 Milhões	R\$ 2.500 Milhões	R\$ 2.653 Milhões	Remuneração e Pessoal
3.1.1.1.1.01.14.00	Grat. Por Exercício de Cargos	R\$ 1.276 Milhões	R\$ 992.366 Mil	R\$ 1.039 Milhões	R\$ 1.035 Milhões	R\$ 1.047 Milhões	R\$ 1.067 Milhões	Remuneração e Pessoal
3.1.1.1.1.01.16.00	Grat. Por Exercício de Função	R\$ 51.352 Mil	R\$ 40.986 Mil	R\$ 37.374 Mil	R\$ 31.576 Mil	R\$ 1.409 Mil	R\$ 0,00	Remuneração e Pessoal
3.1.1.1.1.01.18.00	Grat. Por Tempo de Serviço	R\$ 2.249 Milhões	R\$ 2.252 Milhões	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Remuneração e Pessoal
3.1.1.1.1.01.19.00	Grat. Especiais - Gaema	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.488 Milhões	R\$ 1.621 Milhões	R\$ 1.768 Milhões	R\$ 1.865 Milhões	Remuneração e Pessoal
3.1.1.1.1.01.22.00	13º Salário	R\$ 1.335 Milhões	R\$ 1.351 Milhões	R\$ 1.480 Milhões	R\$ 1.272 Milhões	R\$ 2.200 Milhões	R\$ 1.286 Milhões	Remuneração e Pessoal
3.1.1.1.1.01.39.00	Grat. De Nível Superior	R\$ 0,00	R\$ 10.620 Mil	R\$ 10.620 Mil	R\$ 10.620 Mil	R\$ 9.008 Mil	R\$ 9.032 Mil	Remuneração e Pessoal
3.1.1.1.1.01.99.00	Outros Venc. e Vantagens Fixas	R\$ 0,00	R\$ 607.390 Mil	R\$ 502.567 Mil	R\$ 459.626 Mil	R\$ 12.650 Mil	R\$ 11.988 Mil	Remuneração e Pessoal
3.1.1.1.1.02.11.00	Indenizações e Rest. Trabalhista	R\$ 0,00	R\$ 2.207 Mil	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Remuneração e Pessoal

3.1.1.1.1.02.14.00	Grat. Representação de Gabinete	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 241.860 Mil	R\$ 95.260 Mil	R\$ 227.332 Mil	R\$ 230.333 Mil	Remuneração e Pessoal
3.1.1.1.1.02.99.00	Outras Despesas Variáveis	R\$ 2.158 Milhões	R\$ 1.850 Milhões	R\$ 136.149 Mil	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Remuneração e Pessoal
3.1.1.1.1.03.03.00	Sentenças Judiciais	R\$ 6.040 Milhões	R\$10.359 Milhões	R\$ 2.573 Milhões	R\$ 4.828 Milhões	R\$ 72.108 Mil	R\$ 0,00	Remuneração e Pessoal
3.1.1.1.1.03.04.00	Decisão Judicial	R\$3.368 Milhões	R\$ 3.743 Milhões	R\$ 4.141 Milhões	R\$ 5.016 Milhões	R\$ 3.392 Milhões	R\$ 2.933 Mil	Remuneração e Pessoal
3.1.2.1.2.01.01.00	Ipern Patronal	R\$ 3.480 Milhões	R\$ 3.316 Milhões	R\$ 2.276 Milhões	R\$ 3.411 Milhões	R\$ 3.751 Milhões	R\$3.640 Milhões	Encargos Patronais
3.1.2.2.3.01.00.00	Inss Patronal	R\$ 557.920	R\$ 677.777	R\$ 703.990	R\$ 782.676	R\$ 580.065	R\$1.296	Encargos Patronais
3.1.2.3.3.01.00.00	FGTS	R\$ 150.337 Mil	R\$ 163.389 Mil	R\$ 191.703 Mil	R\$ 193.332 Mil	R\$ 223.485 Mil	R\$ 230.817 Mil	Encargos Patronais
3.1.3.1.1.01.01.00	Aux. Transporte	R\$ 7.277 Mil	R\$ 8.248 Mil	R\$ 10.077 Mil	R\$ 12.341 Mil	R\$ 6.243 Mil	R\$ 5.539 Mil	Benefícios a Pessoal
3.1.3.1.1.01.02.00	Aux. Alimentação	R\$ 930.983 Mil	R\$ 1.761 Milhões	R\$ 1.860 Milhões	R\$ 1.773 Milhões	R\$ 1.663 Milhões	R\$1.643 Milhões	Benefícios a Pessoal
3.1.9.1.1.03.00.00	Indenizações e Rest. Trabalhista	R\$ 0,00	R\$ 3.896 Mil	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 135.376 Mil	Indenizações e Ressarcimento
3.1.9.1.1.99.00.00	Diversas Indenizações Trabalhista	R\$ 3.913 Mil	R\$ 11.015 Mil	R\$ 0,00	R\$ 13.628 Mil	R\$ 6.377 Mil	R\$ 118.267 Mil	Indenizações e Ressarcimento
3.1.9.2.3.08.02.00	Ressarcimento de Exerc. Anteriores	R\$ 0,00	R\$ 4.079 Mil	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Indenizações e Ressarcimento
3.2.9.1.1.12.01.00	Salário Família	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 534,82	R\$ 512,70	R\$ 112,94	R\$ 299,10	Indenizações e Ressarcimento
2.1.1.1.1.01.03.02	Férias					R\$ 523.121 Mil	R\$ 481.192 Mil	Férias
Total		R\$ 29.455 Milhões	R\$ 34.624 Milhões	R\$ 27.002 Milhões	R\$ 32.445 Milhões	R\$ 28.161 Milhões	R\$ 26.340 Milhões	
Variação			17,55%	- 22,01%	20,16%	- 13,20%	- 6,47%	

Fonte: Baseado em informações do Idema-RN (2024)

De acordo com a Tabela 1, é possível observar diversas contas contábeis, que representam as obrigações a serem pagas, cada uma correspondendo a uma despesa da Folha de Pessoal. Essas despesas incluem gratificações, auxílios, indenizações, previdência, fundo de garantia e os vencimentos principais.





Conclui-se que, ao longo de cada exercício, haverá um aumento gradual das despesas devido à inflação e aos reajustes salariais, embora também se busque a redução e otimização de muitos valores ao longo dos anos.

A Tabela 1 também reflete uma distribuição semelhante das despesas anuais em valores mensais, os quais podem ser detalhadamente verificados no SIGEF¹. Isso permite identificar qualquer irregularidade, como despesas muito altas ou muito baixas, e monitorar o saldo restante de cada empenho para os pagamentos futuros.

No IDEMA, a previsão orçamentária para a Folha de Pagamento é realizada utilizando a projeção demonstrada na Tabela 2. Essa tabela serve como um meio de projetar operações financeiras e demonstra se o orçamento da Folha de Pagamento é capaz de atender às despesas variáveis da Folha de Pessoal até o final do exercício. A tabela apresenta projeções para o decorrer do exercício, prevendo o gasto médio mensal de cada despesa para as competências seguintes. Isso é feito utilizando o acumulado já gasto de cada despesa, dividido pela quantidade de meses que já se passaram. Dessa forma, calcula-se, com base no saldo restante do empenho, se a média mensal multiplicada pela quantidade de meses restantes supera ou fica abaixo do valor ainda disponível no empenho.

Tabela 2: Projeção Orçamentária Mensal

Elemento de Despesa Descrição	Média de Pagamento	Saldo de Empenho	Saldo Orçamentário	Saldo do Elemento de Despesa	Novembro 2023	Dezembro 2023	13º Salário 2023	Deficit/ Superavit
31.90.11.01 Vencimentos	R\$ 707.810,67	R\$ 2.507.244,93	R\$ 933.606,66	R\$ 3.440.851,59	R\$ 707.810,67	R\$ 707.810,67	R\$ 0,00	R\$ 2.025.230,26
31.90.11.05 Comissões	R\$ 89.308,11	R\$ 179.724,41		R\$ 179.724,41	R\$ 89.308,11	R\$ 89.308,11	R\$ 0,00	R\$ 1.108,19
31.90.11.08 Outras Gratific.	R\$ 753,27	R\$ 2.167,35		R\$ 2.167,35	R\$ 753,27	R\$ 753,27	R\$ 0,00	R\$ 660,82
31.90.11.06 Grat. por Tempo de Serviço	R\$ 223.237,55	R\$ 496.018,73		R\$ 496.018,73	R\$ 223.237,55	R\$ 223.237,55	R\$ 0,00	R\$ 49.543,63
31.90.11.03 Incorporações	R\$ 89.776,85	R\$ 194.624,00		R\$ 194.624,00	R\$ 89.776,85	R\$ 89.776,85	R\$ 0,00	R\$ 15.070,29
31.90.11.52 Ad. Insalubridade	R\$ 382,77	R\$ 1.437,84		R\$ 1.437,84	R\$ 382,77	R\$ 382,77	R\$ 0,00	R\$ 672,30
31.90.11.53 Ad. Periculosidade	R\$ 57.996,80	R\$ 122.643,96		R\$ 122.643,96	R\$ 57.996,80	R\$ 57.996,80	R\$ 0,00	R\$ 6.650,36
31.90.11.47 Abon. Permanência	R\$ 120.290,68	R\$ 254.916,19		R\$ 254.916,19	R\$ 120.290,68	R\$ 120.290,68	R\$ 175.000,00	R\$ -160.665,17

1 Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

31.90.11.56 Grat. de Gabinete	R\$ 19.276,37	R\$ 128.256,30		R\$ 128.256,30	R\$ 19.276,37	R\$ 19.276,37	R\$ 0,00	R\$ 89.703,56
31.90.11.57 Gaema	R\$ 155.947,89	R\$ 485.580,88		R\$ 485.580,88	R\$ 155.947,89	R\$ 155.947,89	R\$ 0,00	R\$ 173.685,09
31.90.11.65 Grat. Qualificação	R\$ 419,15	R\$ 2.040,31		R\$ 2.040,31	R\$ 419,15	R\$ 419,15	R\$ 0,00	R\$ 1.202,02
31.90.11.56 Férias	R\$ 36.752,50	R\$ 321.524,23		R\$ 321.524,23	R\$ 36.752,50	R\$ 36.752,50	R\$ 0,00	R\$ 248.019,23
31.90.11.12 13º Salário	R\$ 528.102,89 40%	R\$ 1.275.518,06		R\$ 1.275.518,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 792.000,00	R\$ 483.518,06
31.90.11.98 Out. Despesas Fixa	R\$ 991,14	R\$ 2.726,01		R\$ 2.726,01	R\$ 991,14	R\$ 991,14	R\$ 0,00	R\$ 743,74
31.90.11.98 Out. Despesas Fixa	R\$ 991,14	R\$ 2.726,01		R\$ 2.726,01	R\$ 991,14	R\$ 991,14	R\$ 0,00	R\$ 743,74
Total Vencimentos	R\$ 1.502.943,74	R\$ 5.974.423,20	R\$ 933.606,66	R\$ 6.908.029,86	R\$ 1.502.943,74	R\$ 1.502.943,74	R\$ 1.495.000,00	

31.90.13.01 FGTS	R\$ 17.756,34	R\$ 41.436,60		R\$ 41.436,60	R\$ 17.756,34	R\$ 17.756,34	R\$ 17.756,34	R\$ -11.832,42
31.90.13.02 INSS	R\$ 63.868,19	R\$ 186.868,72		R\$ 186.868,72	R\$ 63.868,19	R\$ 63.868,19	R\$ 63.868,19	R\$ -4.735,85
31.91.13 Ipern Patronal	R\$ 288.683,68	R\$ 1.106.473,41		R\$ 1.106.473,41	R\$ 288.683,68	R\$ 288.683,68	R\$ 310.000,00	R\$ 219.106,05
31.90.13.01 FGTS	R\$ 17.756,34	R\$ 41.436,60		R\$ 41.436,60	R\$ 17.756,34	R\$ 17.756,34	R\$ 17.756,34	R\$ -11.832,42
Total despesa Patronal	R\$ 370.308,21	R\$ 1.334.778,73		R\$ 1.334.778,73	R\$ 370.308,21	R\$ 370.308,21	R\$ 391.624,53	

31.90.03 Pensões Especiais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
31.90.91 Acordos Judiciais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 372.015,02	R\$ 372.015,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 372.015,02
33.90.08 Sal. Família	R\$ 23,93	R\$ 720,54	R\$ 0,00	R\$ 720,54	R\$ 23,93	R\$ 23,93	R\$ 0,00	R\$ 672,68
33.90.93 Sicoi	R\$ 3.034,84	R\$ 68.823,64	R\$ 42.272,92	R\$ 111.096,56	R\$ 3.034,84	R\$ 3.034,84	R\$ 0,00	R\$ 105.026,89
33.90.46 Aux. Alimentação	R\$ 136.573,65	R\$ 564.607,54	R\$ 68.565,10	R\$ 633.172,64	R\$ 136.573,65	R\$ 136.573,65	R\$ 0,00	R\$ 360.025,35
33.90.49 Aux. Transporte	R\$ 483,56	R\$ 6.686,80	R\$ 28.078,00	R\$ 34.764,80	R\$ 483,56	R\$ 483,56	R\$ 0,00	R\$ 33.797,68



Total Auxílios	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$ 0,00	
	140.115,98	640.838,52	510.931,04	1.151.769,56	140.115,98	140.115,98		

Total Folha	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$ 0,00	
	2.115.111,28	8.019.803,03	1.444.537,70	9.394.578,15	2.013.367,93	2.013.367,93		

Fonte: Baseado em informações do Idema-RN (2024)

As informações contidas na Tabela 2 distribui cada despesa da folha conforme as competências mensais, havendo uma planilha em anexo que calcula a média mensal. Dessa forma, contribui para projetar quanto de tal despesa ainda será pago no corrente ano, servindo de acompanhamento e controle. É legal observar que as despesas apresentam um saldo restante no empenho, ou seja, havendo orçamento mais que suficiente para suprir-la. Em caso de eventual discrepância, existe a possibilidade de anular saldo restante de algum empenho e reforçar outra despesa que esteja em déficit.

Em se tratando da despesa do 13º salário, ocorre em meados de junho ou julho, um adiantamento de 40% (quarenta por cento), ficando o restante para o fim do exercício. Com isso, o valor que se encontra na tabela como média de pagamento, se refere ao que já foi pago, ficando uma sobra de saldo no empenho para a segunda parcela restante, além de despesas que extras como exoneração, que possam vim nesse grupo de despesa.

DISCUSSÃO

Após apresentados os resultados, observa-se a existência de diferentes grupos de despesas, disponibilidade de orçamento, empenhos, procedimentos de pagamento e prazos dentro da mesma Folha de Pagamento. Esse controle e acompanhamento são realizados semanalmente, com várias responsabilidades, incluindo processos digitais atualizados mensalmente via Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Esses processos incluem dotações orçamentárias, empenhos, liquidações, preparações de pagamento, ordens bancárias, além da elaboração e atualização de planilhas contendo todos os dados de pagamento, distribuições e projeções para as próximas Folhas de Pessoal.

A Tabela 1 mostra que, no último ano de 2023, houve o menor gasto com a Folha de Pessoal. Essa redução pode ser atribuída, entre outros fatores, ao aumento de servidores ativos se aposentando e à separação dos gastos com bolsistas, que passaram a ser de responsabilidade da fundação. Por outro lado, esse valor pode variar conforme novas solicitações de gratificações surgem.

Com isso, a compreensão dos gastos anuais com cada despesa da Folha de Pagamento se torna mais clara, permitindo uma melhor distribuição do orçamento financeiro para o novo exercício. Dentro do exercício financeiro, há despesas mensais, que, conforme o artigo 18 da Lei Complementar N° 101 (Brasil, 2000), devem ser apuradas considerando a soma do mês atual com os 11 meses anteriores, seguindo o regime de competência, uma informação útil para a elaboração dos empenhos.

Cada nova instrução contábil sobre a despesa de pessoal resulta em uma maior especificidade orçamentária. Por exemplo, o Salário Família, que antes era centralizado nos vencimentos, passou a ter seu próprio elemento de despesa a partir de meados de 2020, conforme orientado pelo Manual Técnico de Orçamento (Brasil, 2020). Isso gerou uma nova distribuição orçamentária e um novo empenho a ser elaborado.

A variação anual é perceptível na Tabela 1, mas a alternância de informações mensais na Folha de Pagamento pode causar problemas, como a falta de orçamento para o pagamento de pessoal ao final do exercício. No Setor Financeiro do IDEMA, buscou-se desenvolver uma ferramenta para prever o orçamento da Folha de Pagamento do pessoal, considerando que a previsão orçamentária é um processo estratégico fundamental para a gestão financeira.

Considerando a tabela 2, esse controle é importante visto que a partir do mesmo, será possível reforçar o saldo do empenho quando necessário ou anular o saldo que está com muita sobra e utilizar em outras despesas da mesma modalidade de aplicação, de forma que até meados do exercício já exista uma distribuição adequada, evitando contratempos.

É válido informar para maior conhecimento, que no caso dos R\$ 933.606,66 (novecentos e trinta e três mil seiscentos e seis reais e sessenta e seis centavos), presente na primeira linha da tabela abaixo do título e na coluna de Saldo Orçamentário, pode ser distribuído para qualquer despesa do elemento de despesa 31.90.11, sendo facultativo seu uso conforme necessidade de cada despesa.

CONCLUSÕES

É válido concluir, que todo esse projeto em prol da organização e controle da Folha de Pagamento, permite acompanhar, distribuir e atualizar cada elemento de despesa da Folha de Pessoal, assim como adequá-la conforme cada nova resolução da contabilidade geral do estado. Com isso, o objetivo principal do presente estudo, se trata em acompanhar e distribuir o orçamento anual de forma equivalente e adequada para cada despesa, dentre suas competências corrente, seja referente a previdência, gratificação, vencimentos, adicionais de periculosidade e insalubridade, auxílios, entre outros.

Toda essa distribuição se torna possível através do acompanhamento da média mensal de cada despesa de pessoal em competências de exercícios anteriores, possibilitando empenhar para o exercício corrente, conforme as devidas projeções de valores mensais, todo o orçamento de forma suficiente e adequada, sem exageros ou falta de orçamento para com as obrigações pessoais. Ainda assim, em situações de sobra ou de falta de orçamento, é possível, através do acompanhamento frequente, verificar de qual empenho tem saldo em superávit para anular e reforçar na despesa específica que está em déficit, fazendo os devidos ajustes.

Além disso, toda essa estrutura organizacional em conjunto com anexos agregados, assim como o acompanhamento das atualizações de resoluções técnicas contábeis, possibilita o direcionamento a descentralização das despesas com pessoal, ou seja, o que antes algumas despesas faziam parte dos ven-



cimentos principais, como é o caso do salário família, férias, passa a ter seu próprio elemento de despesa, possibilitando um empenho mais específico com valores próprios para essa obrigação.

Através de toda essa estrutura organizacional presente no projeto, busca apresentar ao setor financeiro do IDEMA, assim como outros órgãos, a importância de conhecer cada obrigação pessoal, ou seja, saber as datas limites de pagamento de cada obrigação patronal, acompanhar e ter noção dos gastos mensais que vão além de vencimentos, como também gratificações, adicionais, auxílios, buscando controlar todos os limites de gastos com pessoal conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, e por fim, buscar empenhar dentro do grupo de despesa específico e correto para cada obrigação, distribuindo o orçamento adequadamente.

Por fim, é justo lembrar que durante o decorrer do exercício pode ocorrer de servidores aderir a gratificações e adicionais na qual detém direito, o que pode ocasionar um aumento exponencial nessas devidas despesas, assim como, exonerações de servidores que acarreta verbas indenizatórias de FGTS, Férias, entre outros. Dessa forma, se torna legal toda essa organização e projeções, evitando surpresas, uso sem necessidade de orçamento e o distribuindo de forma adequada e controlada.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Marcus. **Coluna Fiscal: Limite prudencial nas despesas públicas de pessoal.** Disponível em: <https://blog.grupogen.com.br/juridico/postagens/artigos/coluna-fiscal-limite-prudencial-nas-despesas-publicas-de-pessoal/>. Acesso em: 27 de nov 2023.

AVELINO, Daniel Pitangueira de. **Boletim de Análise Político-Institucional – Planejamento e Orçamento nas Escalas Subnacionais.** Rio de Janeiro, IPEA: 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11827/40/BAPI_34_Book.pdf Acesso em: 12 de mar. 2024

BISCAIA, Diego Fernando; MEINERTZ, Danille Aline; SANTOS, Marlus Belles; SILVA, Silmara de Almeida. **O estudo da Folha de Pagamento – uma descrição dos proventos edescontos sob o âmbito legal e contábil.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis) – UNIFAE - Centro Universitário. Curitiba, 2008.

Brack & Barbi. **As despesas com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal.** Disponível em: <https://www.brackebarbi.com.br>. Acesso em: 3 jul. 2024.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Normas Brasileiras de Contabilidade. Contabilidade Aplicada ao Setor Público em 2012.** Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Setor_Publico.pdf. Acesso em: 06 de dez 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília-DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 de nov 2023.

BRASIL. **Decreto de Lei de nº 5.452 de 1943. Consolidação das Leis Trabalhistas.** Brasília-DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm#:~:text=%C3%89%20adotada%20no%20territ%C3%B3rio%20nacional,ou%20presta%C3%A7%C3%A3o%20de%20servi%C3%A7os%20remunerados. Acesso em: 06 de dez 2023.

BRASIL. **Dotação Orçamentária**. Brasília/DF: Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/dotacao-orcamentaria-rubrica#:~:text=Toda%20e%20qualquer%20verba%20prevista,e%20destinada%20a%20fins%20espec%C3%ADficos>. Acesso em: 09 de dez. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 4320/1964**. Brasília-DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 12 de nov 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 8112/90**. Brasília-DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208112%2C%20DE%2011%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201990&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20regime%20jur%C3%ADdico,e%20das%20fun%C3%A7%C3%B5es%20p%C3%ABlicas%20federais. Acesso em: 27 de nov 2023.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101/2000**. Brasília-DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 12 de nov 2023.

BRASIL. **Manual Técnico de Orçamento MTO 2020**. Brasília-DF: Ministério da Economia. Disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2020:mto2020-versao9.pdf>. Acesso em: 28 de Mar. 2024.

CNMP. Conselho Nacional do Ministério Público. **Manual do Ordenador de Despesas**. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/COMPLETO_Manual_do_Ordenador_WEB.pdf. Acesso em: 27 de mar 2024

FERNANDES, Ciro Campos Christo. JÓIA, Luiz Antônio. ANDRADE, André. **Resistência à implantação de sistemas de Folha de Pagamento na administração pública: um estudo multi-caso**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/RZzzBGpmVw9W5TmdSkQ3zqG/?format=pdf>. Acesso em: 27 de nov 2023.

KHAIR, Amir Antônio. **Lei de Responsabilidade Fiscal: Guia de Orientação para Prefeituras**. 2000. ed. Brasília: [s.n.], 2000.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei Complementar nº 638/2018**. Natal-RN: Gabinete da Governadoria. Disponível em: http://www.diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20180629&id_doc=613830. Acesso em: 24 de nov 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei Complementar nº 122/1994**. Natal-RN: Gabinete da Governadoria. Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/storage/legislacao/2019/07/17/da631d970bd52174d7fa82be9d3e23e9.pdf>. Acesso em: 21 de jan. 2024.

SEVERO, Cristina da Rosa. DA SILVA, Elielton Sedrez. **Revista de Administração Dom Alberto – Implementação de um Planejamento Estratégico para a Empresa**. Disponível em: <https://revista.domalberto.edu.br/revistadeadministracao/article/download/823/745/>. Acesso em: 12 de dez. 2023

SIMÃO, Edna. SCHUCH, Matheus. **Cofres dos Estados vão sentir pressão por gastos com pessoal**. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/02/13/cofres-dos-estados-vaio-sentir-pressao-por-gasto-com-pessoal.ghtml>. Acesso em: 06 de Dez 2023.

